



# AEDOS

Revista do corpo discente  
do PPG-História da UFRGS

## ***Em busca da Revolução Brasileira:* um debate crítico sobre as teses históricas e a linha política do PCB**

Hugo Villaça Duarte \*

### **Resumo:**

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre as estratégias e táticas revolucionárias adotadas pelo PCB. Analisaremos a linha política do Partido e, particularmente, a *Declaração de Março de 1958*, ressaltando os fundamentos teóricos que informavam suas interpretações sobre a realidade brasileira e que, conseqüentemente, orientavam as ações dos seus militantes. Trata-se de uma leitura crítica destas matrizes teóricas, buscando suas raízes nas teses elaboradas pela Internacional Comunista e revelando seus equívocos com a deflagração do golpe de Estado de 1964.

### **Palavras-Chave:**

PCB, Projetos Políticos, Golpe de 1964.

### **Abstract:**

This article aims to present a study of revolutionary strategy and tactics adopted by the PCB. We will review the Party's political line, and particularly the Declaration of March 1958, highlighting the theoretical foundations that informed their interpretations of Brazilian reality and that, therefore, guided the actions of their militants. This is a critical reading of these theoretical frameworks, seeking their roots in the theories developed by the Communist International and revealing their mistakes with the outbreak of the coup of 1964.

### **Key-Words :**

PCB, Political Projects, 1964's coup.

O presente estudo trata das propostas de intervenção social e política elaboradas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nosso principal objetivo nas próximas linhas consiste em avaliar as estratégias e táticas políticas elaboradas pelo PCB, explicitando seus limites. Em um primeiro momento, faremos um balanço das teses históricas do Partido Comunista sobre a revolução brasileira através da análise das diretrizes da Internacional Comunista. Em seguida, nos dedicaremos ao exame da *Declaração de 1958*. Nesta direção, realizaremos uma análise crítica também sobre um tema que, sem dúvida, contribuiu para os planejamentos táticos e estratégicos do Partido, a saber: a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil. A

discussão sobre esta questão será feita, em grande medida, a partir de um eixo de análise específico: o golpe civil-militar deflagrado em 1964, que resultou na instauração e, posteriormente, na consolidação do regime ditatorial no país (1964-1985).

**Teses sobre a revolução brasileira em tempos estalinistas:  
notas sobre a linha política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro**

Fundada em 1919, na Rússia, em plena Guerra Civil, a III Internacional – também conhecida como Comintern ou Internacional Comunista (IC) – deveria constituir-se como o Partido Revolucionário Mundial. Baseada nos marcos do *internacionalismo* – expresso nas diversas obras de Marx e Engels, especialmente, no *Manifesto Comunista* -, a III Internacional seria a organização responsável por reunir esforços no sentido de auxiliar na construção do regime socialista, atendendo aos interesses e às demandas da revolução mundial.

No que diz respeito à concepção internacional da revolução, esta sofreria sérios abalos ainda na primeira metade da década de 1920, quando Josef Stálin passa a divulgar em seus pronunciamentos a teoria do “socialismo em um só país” que, em linhas gerais, defendia a tese de que a edificação do socialismo poderia ser realizada na União Soviética – madura para tanto – sem uma revolução socialista em outros países.<sup>1</sup> Essa tese ganharia força maior, principalmente a partir de 1929, ano em que o Partido Bolchevique e, conseqüentemente, a Comintern passam a ser controlados por Stálin.

Na chamada era estalinista, as diretrizes políticas da Internacional Comunista estiveram condicionadas aos interesses da burocracia partidária, isto é, as necessidades do movimento revolucionário foram subordinadas aos interesses de um pequeno grupo de dirigentes, liderados por Stálin e Bukharin. Evidenciava-se, assim, o início de um reducionismo teórico, marcado tanto pelo aprofundamento das formulações estratégicas da IC subordinadas à construção do socialismo em um só país, quanto pelo grande desconhecimento das particularidades históricas dos países *atrasados*. Nesta direção, a linha política adotada pela III Internacional nos países *atrasados* “coloniais” e “semicoloniais” fundamentava-se, essencialmente, pela realização da revolução democrático-burguesa, entendida como a etapa precedente à revolução socialista. As origens desta diretriz remetem aos debates da II Internacional (1889-1914), que se destacavam pela defesa da formação de uma aliança entre o proletariado, a burguesia nacional e a pequena-burguesia, viabilizando a luta contra o imperialismo e o feudalismo (ou os restos feudais) nos países com incipiente desenvolvimento capitalista.<sup>2</sup>

Esta visão esquemática sobre o caráter do processo revolucionário nos países *atrasados* seria, contudo, consagrada, no VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1928. Diferentemente dos *países de capitalismo de tipo superior* - com potentes forças produtivas e com um regime político democrático-burguês estabelecido, nos quais seria viável a realização imediata da revolução socialista, instaurando a ditadura do proletariado -, os *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo* e os *países coloniais e semicoloniais* deveriam, inevitavelmente, realizar uma fase democrático-burguesa. Nos países *atrasados* “coloniais” e “semicoloniais”, especificamente, esta primeira etapa revolucionária visava acabar com as relações feudais na economia e na superestrutura política e com a dominação imperialista (responsável pela concentração dos meios produtivos).<sup>3</sup>

Note-se que a definição do processo revolucionário estava condicionada ao grau de desenvolvimento do capitalismo. Deste modo, supunha-se que os países teriam que completar determinadas etapas antes de alcançarem o “estágio” socialista. Haveria, assim, um padrão de desenvolvimento que deveria ser seguido, invariavelmente, por todos os países capitalistas. Nesse *evolucionismo vulgar*, os países “coloniais” e “semicoloniais” seriam aqueles nos quais estariam presentes os germes de indústria ou onde o débil desenvolvimento industrial seria insuficiente para a edificação da ditadura do proletariado, estando, portanto, distantes da realização do socialismo.

A assimilação da estratégia política da III Internacional pelos partidos comunistas (PC's) da América Latina foi intensificada, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1920. Até então, a revolução não estava na agenda imediata para os países latino-americanos. O processo de formação e desenvolvimento dos PC's era “quase independente da Comintern, para quem a América Latina [era], sem dúvida, uma terra de luta nacional, todavia contra forças imperialistas secundárias [...] e, certamente, não uma terra da revolução social”.<sup>4</sup> Neste contexto, o Partido Comunista da Argentina assumia as funções oficiosas de um secretariado regional, pelo menos no que diz respeito à representação da Internacional Comunista.

Contudo, a partir do V Congresso da IC, realizado entre junho e julho de 1924, no qual a América Latina foi representada apenas pelo PC argentino, decidiu-se criar o Secretariado Sul-Americano (SSA). Já no ano seguinte, em 1925, o SSA iniciou as suas atividades como força coordenadora do movimento comunista latino-americano, e, em julho de 1929, organizou a I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos. Através do SSA, a III Internacional passa a atuar de forma mais incisiva na América Latina, centralizando a integração entre os PC's, o que possibilitava não só a homogeneização das estruturas

organizativas dos partidos vinculados ao SSA, mas, sobretudo, viabilizava o enquadramento destes nas diretrizes políticas formuladas pela Comintern.

Este período de expansão da influência do Comintern estalinizado sobre os PC's latino-americanos, coincide com a realização do III Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>5</sup>, entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929. No que se refere, estritamente, à caracterização do processo revolucionário brasileiro, neste congresso foi descartada toda a teorização – até então, elaborada de forma relativamente autônoma pelos *pecebistas* – sobre a revolução burguesa, vista como democrático-pequeno-burguesa.<sup>6</sup> O PCB passou a adotar o modelo esquemático que previa, inexoravelmente, a realização da etapa democrático-burguesa, a partir da formação do “bloco das quatro classes” – aliança proposta pela IC entre a burguesia, a pequena-burguesia, o campesinato e o proletariado.

Este modelo esquemático foi consagrado nas décadas seguintes por formuladores e teóricos do PCB – dentre eles, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães -, que enfatizavam, por exemplo, a existência de duas burguesias no país. Uma considerada entreguista e, portanto, diretamente ligada aos interesses do capitalismo transnacional, ou mais especificamente, vinculada ao imperialismo norte-americano; e outra “nacionalista”. A burguesia nacionalista era considerada, por esses intelectuais, uma aliada em potencial, senão de fato, do proletariado. Acreditava-se que – caso a burguesia nacional se convencesse do seu suposto papel no processo histórico; ou, se os trabalhadores conseguissem conquistar a aliança dessa burguesia para defesa de seus projetos políticos – uma ampla frente política poderia ser formada, aumentando as perspectivas de transformação social. A essa burguesia nacional eram atribuídos objetivos “progressistas”, isto é, julgava-se que os setores industriais nacionais estariam interessados em apoiar atitudes reformistas contra a estrutura agrária arcaica (“feudal” ou “semifeudal”) e em defender o desenvolvimento nacional independente, logo, livre da dominação imperialista.

Eliminando os “elementos feudais” (ou “semifeudais”)<sup>7</sup> dos setores arcaicos da economia – presentes, principalmente, no campo –, e rompendo com a relação de subordinação da nação ao imperialismo, a revolução democrático-burguesa permitiria a superação dos entraves limitadores do desenvolvimento capitalista brasileiro. Uma vez alcançado o desenvolvimento capitalista independente, o Brasil poderia realizar a segunda etapa do processo revolucionário, isto é, a revolução socialista.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o sociólogo marxista e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Caio Prado Júnior foi um dos principais críticos da ideia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas predeterminadas.<sup>8</sup> Denunciando

a linha política do PCB e a sua subordinação à III Internacional, Caio Prado sustentava a tese de que o capitalismo é um sistema no qual os países ocupam lugares determinados e distintos. Caio Prado refutava, assim, a perspectiva analítica pautada no simples escalonamento do progresso econômico ou no estágio de desenvolvimento capitalista. De acordo com o autor, o subdesenvolvimento é resultado da posição que os países periféricos ocupam na economia mundial. Ainda nesta direção, segundo o historiador, o Brasil já era um país capitalista – subordinado e dependente -, não havendo restos feudais a serem superados. A burguesia, por sua vez, não seria antiimperialista e antifeudal, pois já estava associada ao capital internacional, dada a sua incapacidade de competir com as empresas estrangeiras.<sup>9</sup> A teoria “consagrada”, no entanto, foi mantida pela direção do PCB, em detrimento das formulações de Caio Prado Júnior. É importante lembrarmos que, a despeito de algumas variações táticas, a linha política adotada pelo PCB manteve-se fiel à estratégia “etapista” durante décadas, mesmo após a dissolução da Comintern.<sup>10</sup> Um exemplo, neste sentido, foi a *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, como veremos a seguir.

### **A Declaração de 1958 e seus equívocos: o golpe de Estado de 1964**

Redigida por Jacob Gorender, Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães e aprovada em março de 1958 na reunião plenária do Comitê Central com poucas modificações e com o voto contrário de João Amazonas e Maurício Grabois, a *Declaração de 1958*, como ficou conhecida, foi certamente um dos mais controversos documentos formulados pelo PCB.<sup>11</sup>

No que diz respeito à análise econômica, reconhecia-se o desenvolvimento capitalista do país, o incremento das forças produtivas e a expansão de novas relações de produção, consideradas mais avançadas. Em outras palavras, são apontadas algumas modificações econômicas e sociais como a construção de um parque industrial, a ampliação do mercado interno, o crescimento dos efetivos do proletariado industrial e o fortalecimento de uma burguesia nacional interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país. Na agricultura, especificamente, observava-se o desenvolvimento capitalista, traduzido no crescimento do número de assalariados e semi-assalariados, assim como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrários. Cabe registrar que estes aspectos são assinalados como elementos “progressistas”, já que representavam o avanço da economia nacional.<sup>12</sup>

Apesar dos elementos “progressistas”, o documento avaliava a existência de relações sociais atrasadas. Isto é, o desenvolvimento capitalista não teria eliminado os fatores negativos que determinariam a caracterização do Brasil como um país subdesenvolvido. Permaneceriam, assim, a dependência diante do imperialismo – particularmente o norte-americano – e as relações pré-capitalistas, ou semi-feudais, na agricultura, ainda predominantemente voltada para a agroexportação. Em torno destes problemas, articulavam-se duas contradições fundamentais: de um lado, o conjunto da nação brasileira *versus* o imperialismo norte-americano e seus agentes internos; de outro, as forças produtivas em desenvolvimento *versus* as relações de produção semi-feudais na agricultura. Mencionava-se também uma outra contradição, a que opunha o proletariado à burguesia. Esta contradição, no entanto, não exigiria uma solução radical, já que o desenvolvimento capitalista do país corresponderia aos interesses do proletariado e de todo o povo.<sup>13</sup>

De acordo com esse documento, a exploração imperialista, o monopólio da terra e a existência de relações pré-capitalistas de trabalho impediriam o pleno desenvolvimento da economia nacional. Para alcançar o desenvolvimento independente e progressista, seria necessário lutar por uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Nesta etapa, a revolução brasileira, portanto, não seria socialista. Sublinhava-se, ainda, a necessidade de articular uma ampla frente única, compreendendo o proletariado; os camponeses; a pequena burguesia urbana; a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os latifundiários que apresentassem contradições com o imperialismo norte-americano; e, inclusive, os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos.<sup>14</sup>

Reconhecia-se que o caráter heterogêneo desta frente única encerrava contradições, mas acreditava-se que os interesses comuns prevaleceriam, formando, deste modo, a necessária unidade. Para tanto, o proletariado deveria assumir a hegemonia desta frente única nacionalista e democrática. Mais especificamente, a *Declaração* afirmava que “a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única”.<sup>15</sup>

O que é surpreendente, em todo caso, é que, a partir deste documento, os *pecebistas* realizam uma virada tática, passando a defender a possibilidade da concretização da primeira etapa do processo revolucionário através do “caminho pacífico”, entendido como “a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com

a utilização de formas legais de luta e de organização de massa [...]”.<sup>16</sup> Ainda que não fosse descartada a possibilidade de uma “solução não pacífica” – somente em último caso, se as forças inimigas empregassem a violência -, priorizava-se a resolução pacífica dos problemas do povo brasileiro a partir da acumulação gradual de reformas econômicas e políticas.<sup>17</sup>

Apostava-se na tática pacífica e mantinha-se, ao mesmo tempo, a estratégia da revolução agrária e antiimperialista. Esta tática privilegiava a luta por um governo nacionalista e democrático, defendendo, de um lado, o caminho eleitoral e, de outro, uma política de “acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas [...]”.<sup>18</sup>

As controversas teses pecebistas sobre a revolução brasileira seriam, posteriormente, reafirmadas, em linhas gerais, em seu V Congresso, realizado em agosto de 1960. O caráter equivocado das teses do PCB, no entanto, foi evidenciado anos mais tarde. Longe de ser a tão esperada revolução democrático-burguesa, o golpe de Estado de 1964 significou a ação política organizada da classe dominante brasileira, articulada aos interesses do grande capital internacional. Esta ação política revelou não apenas a relação de dependência da burguesia nacional face ao imperialismo, mas, sobretudo, a inserção do país no sistema político e econômico do capitalismo internacional, em sua fase monopolista.

Foi entre a segunda metade dos anos 1950 e o início da década de 1960 que o capitalismo brasileiro, tardio e atrasado, ingressou numa fase marcada pela presença transnacional e pela oligopolização subordinada aos centros de expansão capitalista. Notadamente, este período corresponde à emergência dos interesses multinacionais e associados da fração da classe dominante que conquistaria o Estado brasileiro, em 1964. Estudando a ascensão política e as estratégias formuladas por este novo bloco de poder, Dreifuss distingue dois momentos: o “transformismo molecular” e a preparação para o golpe de Estado.<sup>19</sup> Durante o primeiro momento, o bloco de poder emergente visou a uma acomodação com o bloco de poder populista,<sup>20</sup> atuando através dos chamados “anéis burocrático-empresariais”, criados com o objetivo de influenciar as diretrizes políticas do país no sentido de expandir o processo de concentração de capital. A ação dos intelectuais orgânicos do capital multinacional – também conhecidos como técnico-empresários – esteve restrita, portanto, à conformação de uma “administração paralela” que, sem quebrar o sistema e o regime populista, deveria alcançar algumas reformas no aparelho do Estado.<sup>21</sup>

Nesse período, constata-se a assimetria de poder entre a predominância econômica do bloco multinacional e associado e a sua falta de liderança política. Essa correlação de forças seria alterada anos mais tarde, no início da década de 1960, quando o bloco modernizante



constatou que os canais político-partidários e administrativos deixaram de obter êxito em atingir as reformas desejadas, e quando os interesses multinacionais e associados notaram dificuldades crescentes em conseguir conter as reivindicações populares dentro do sistema político populista. Tratava-se da crise do populismo que, em linhas gerais, configurou-se como uma crise de domínio político. Para Dreifuss, esta crise foi resultante de um ataque bifrontal ao regime populista, desferido não só por uma fração da classe dominante, mas também pelas classes subalternas que conquistavam novos níveis de organização política. O acirramento da luta de classes evidenciava a crescente limitação do regime populista em atender interesses contraditórios e demandas simultâneas do capital transnacional e das classes trabalhadoras subordinadas. O autor adverte ainda que a crise política originou uma crise sócio-histórica traduzida agora na ação político-ideológica e militar do novo bloco de poder que passou a se organizar para superar os limites do bloco histórico populista.<sup>22</sup>

Se no período caracterizado por Dreifuss como “transformismo molecular”, os interesses multinacionais atuavam dentro dos limites institucionais do regime populista, no momento seguinte, entre 1961 e 1964, as novas forças sócio-econômicas, em busca de poder político, tentaram destruir o Executivo nacional-reformista, representado pelo governo de João Goulart, dando início a uma ampla campanha em direção a um golpe de Estado.

Observamos, assim, a passagem da supremacia econômica do bloco multinacional e associado ao seu posicionamento de força política de liderança. Foi neste marco – o processo pelo qual o bloco de poder modernizante transformou o seu predomínio econômico em domínio político – que emergiram as seguintes organizações: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, e, principalmente, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961. Dreifuss avalia que o complexo IPES/IBAD, aliado ao aparato militar representado pelos membros da Escola Superior de Guerra (ESG), formava o verdadeiro partido do novo bloco de poder. Tratava-se de um poderoso complexo político-militar que foi responsável por preparar estratégica e taticamente a ação de classe dos intelectuais orgânicos desta nova burguesia em direção à conquista do Estado.<sup>23</sup> Em razão das demandas do capital transnacional, a ação organizada da classe dominante em direção ao comando político do aparelho do Estado esteve orientada por objetivos bem definidos: desestabilizar o governo nacional-reformista de João Goulart (1961-1964) por meio de uma série de campanhas que apontavam para o “perigo comunista”<sup>24</sup>; e subjugar o bloco histórico populista, estabelecendo um regime de caráter “técnico”, capaz não só de levar adiante o planejamento econômico e a modernização capitalista, como também de controlar as classes subalternas.



Vale ressaltar que, apesar do alarde das classes dominantes em relação ao suposto risco de “comunização” do Brasil no contexto internacional da Guerra Fria, as lutas travadas pelos movimentos sociais na década de 1960, assim como as estratégias e táticas políticas defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) não ultrapassavam os limites da sociedade burguesa. Demonstrando a insustentabilidade das teses defendidas pela historiografia revisionista do golpe de 1964 – que, em linhas gerais, procurou atribuir um caráter golpista às reivindicações das classes subalternas, responsabilizando-as pelo golpe<sup>25</sup> -, Marcelo Badaró Mattos lembra que as reformas de base<sup>26</sup> e a política pecebista não colocavam em risco as “regras do jogo democrático”.

Marcelo Badaró demonstra que as reformas propostas não eram radicais, ainda que a retórica às vezes fosse, e que, em geral, grande parte dos projetos reformistas já havia sido garantida por governos burgueses no mundo. Nesse sentido, o autor adverte que a reforma agrária previa a garantia de indenização (sequer a expropriação) dos latifundiários e que a reforma universitária concentrava-se em democratizar a gestão das instituições e ampliar o acesso ao ensino superior. Já sobre o controle da remessa de lucros, o autor sustenta que essa medida econômica não significava, necessariamente, o fechamento do mercado. Por fim, no que se refere àquela que foi uma das mais importantes forças de esquerda daquele período, o historiador lembra que o PCB defendia a tese da revolução democrático-burguesa para a concretização da etapa capitalista, respeitando a ordem burguesa e distanciando-se do projeto de expropriação da propriedade privada.<sup>27</sup>

De qualquer modo, apesar do descompasso com a realidade social e política daquele período, a propaganda anticomunista constituiu-se em um importante elemento para a garantia da unidade política das classes dominantes em torno do complexo IPES/IBAD/ESG. A ampla articulação, contudo, não impediu a precipitação do golpe em 31 de março de 1964, quando o General Mourão Filho saiu de Juiz de Fora com suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, então capital do país. A campanha conduzida pelas classes dominantes com o fim de tomar o poder de forma organizada e completa esteve sob risco, devido à precipitada partida de Mourão. Apesar deste revés, Dreifuss avalia que o “estado-maior informal no Rio foi imediatamente informado [...] e resolveu com rapidez apoiar a iniciativa para impedir a intervenção militar do governo central [...]”.<sup>28</sup>

Reconhecia-se a possibilidade de um enfrentamento, já que parte considerável da oficialidade superior das Forças Armadas era fiel a João Goulart. O presidente contava com um “dispositivo militar” capaz de impedir o avanço do movimento golpista. Além deste dispositivo, deve-se destacar também o papel exercido pelo Comando Geral dos

Trabalhadores (CGT) na articulação de estratégias de resistência ao movimento militar para a derrubada de Jango. Aos primeiros sinais do golpe, o CGT convocou uma greve geral que, no entanto, não foi acompanhada pelo dispositivo do presidente. A esse respeito, Marcelo Mattos avalia que:

“A greve geral de fato foi deflagrada e em algumas cidades, como o Rio de Janeiro e Santos, a paralisação foi total. Porém, o alentado dispositivo militar do presidente mostrou-se frágil, já que, dos comandos regionais do Exército, apenas o do Rio Grande do Sul mostrou-se disposto a resistir sem impor condições. Ainda assim, diversas unidades isoladas das Forças Armadas apresentaram-se para a resistência, mas a ordem de enfrentar os golpistas não foi dada por João Goulart e os trabalhadores viram-se literalmente desarmados para um possível enfrentamento”.<sup>29</sup>

O golpe civil-militar foi deflagrado. As Forças Armadas tomaram o poder com a classe dominante, e não a despeito dela, dando início à implantação do projeto de classe através do aparelho do Estado. Isto significa dizer que o complexo IPES/IBAD conseguiu colocar-se na direção do Estado ao ocupar os postos-chave da administração estatal e dos Ministérios, executando, por fim, as diretrizes desenvolvidas durante os anos de 1961 e 1964, através de uma série de reformas administrativas, econômicas e políticas, tais como: a) a extinção da SUMOC, substituída pelo estabelecimento do Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, encarregados da dinamização do sistema financeiro e da elaboração de políticas econômicas; e b) a aprovação do Estatuto da Terra que, em síntese, previa uma tributação para forçar a modernização das técnicas agrícolas.<sup>30</sup> Concretizava-se, assim, a modernização da estrutura socioeconômica capitalista e a reformulação do aparelho do Estado brasileiro, beneficiando as classes dominantes, em detrimento das classes subalternas.

O regime ditatorial aprofundou, portanto, a relação de dependência da economia capitalista nacional, subordinada aos centros de expansão capitalista. Relação esta que, segundo Fernando Henrique Cardoso, não constituía em um entrave para o desenvolvimento econômico de países periféricos como o Brasil. Tratava-se, portanto, de um padrão de desenvolvimento dependente-associado que, nas palavras do sociólogo, “não é desprovido de dinamismo, não está baseado na ruralização com prejuízo da industrialização, nem leva à intensificação de uma simples relação entre países exportadores de matérias-primas e importadores de produtos manufaturados”.<sup>31</sup> Ainda de acordo com Fernando Henrique:

“O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais ‘moderno’, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo

internacional. A política econômica e tanto quanto ela, a reforma da administração e do aparelho do Estado potenciaram as forças produtivas do ‘capitalismo contemporâneo’. A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto atual da economia capitalista mundial que não exclui a possibilidade de desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas”.<sup>32</sup>

Baseando-se na concepção de Léon Trotsky acerca da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, Florestan Fernandes explica o caráter particular do capitalismo assumido nos países retardatários a partir do reconhecimento do pertencimento histórico destes ao sistema capitalista mundial. Em outras palavras, o autor considera a existência de um modo próprio de desenvolvimento do capitalismo industrial nas regiões periféricas, marcado pela assimilação de elementos mais modernos das nações mais *avançadas* – como, por exemplo, inovações tecnológicas, políticas e culturais – e sua adaptação (ou combinação) às condições materiais *atrasadas/arcaicas*. Assim, para Florestan Fernandes, o *arcaico* e o *moderno* não expressam realidades dicotômicas e excludentes, mas complementares e necessárias. Por isso que, mesmo distante de um desenvolvimento autônomo, o capitalismo nas nações dependentes pode assumir certas relações dinâmicas do capitalismo monopolista. Vale dizer,

“O que a parte dependente da periferia ‘absorve’ e, portanto, ‘repete’ [...] são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc. e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia dependente não seria capitalista e não poderia participar de dinamismos de crescimento ou de desenvolvimento das economias centrais. No entanto, a essas uniformidades [...] se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas”.<sup>33</sup>

Para Florestan Fernandes, na periferia dependente e subdesenvolvida a combinação da transformação capitalista e da dominação burguesa se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, assumindo tanto a forma autodefensiva (ou contra-revolucionária) quanto o caráter autocrático. No âmbito do capitalismo monopolista do pós-guerra, as nações centrais passaram a depender das chamadas burguesias “nacionais” dos países dependentes, consideradas fortes aliadas em torno do projeto político de preservação ou consolidação do capitalismo na periferia. Rejeitando qualquer antagonismo estrutural com o imperialismo, o autor considera que “as burguesias nacionais dessas nações converteram-se,

em conseqüência, em autênticas ‘fronteiras internas’ e em verdadeiras ‘vanguardas políticas’ do *mundo capitalista* (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista)”.<sup>34</sup> Neste sentido, de acordo Florestan Fernandes, a revolução burguesa na periferia é, essencialmente, um fenômeno político, pois assume a tarefa de garantir poder da burguesia, evitando a possibilidade de eclosão de revoluções sociais identificadas com o socialismo. Trata-se, portanto, de uma “contra-revolução” que, em geral, se materializa sob a forma de uma ditadura de classe. Em síntese:

“Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas [...] querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa ‘atrasada’, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe. [...] tais burguesias pretendem concluir uma revolução que, para outras classes, encarna atualmente a própria contra-revolução”.<sup>35</sup>

Reconhecendo as particularidades históricas das formações retardatárias, Florestan Fernandes contrapõe-se, categoricamente, à concepção reducionista que previa a repetição do modelo clássico de revolução democrático-burguês. O pertencimento das nações periféricas a uma totalidade (o sistema capitalista mundial sob a égide do capitalismo monopolista) e a relação de dependência das burguesias “nacionais” revelam, segundo o autor, a incoerência da visão *etapista* do processo revolucionário. Portanto, verifica-se nas nações periféricas, ao contrário, a associação entre o desenvolvimento industrial e a contra-revolução preventiva.

### Considerações Finais

Este artigo não teve a pretensão de ser um estudo completo sobre aquela que foi, sem dúvida, uma das principais forças de esquerda do país até o início da década de 1960, mas sim uma análise crítica sobre a controversa linha política ou sobre os impasses da estratégia do Partido Comunista Brasileiro.<sup>36</sup> Sendo assim, observamos que o PCB apostava numa visão esquemática acerca do processo revolucionário brasileiro, baseada na perspectiva analítica que concebia o desenvolvimento histórico das diversas formações sociais a partir de uma

rígida progressão unilinear. De acordo com esta concepção teórica, determinados estágios de desenvolvimento deveriam ser atingidos e ultrapassados, invariavelmente, por todos os países do globo, como uma fatalidade histórica. Este *evolucionismo vulgar e antidialético* formulado pela Internacional Comunista – cujas diretrizes políticas estiveram determinadas pelos rumos políticos do Estado soviético e pelos interesses da burocracia estalinista desde o final da década de 1920 - abriu a possibilidade para interpretações equivocadas sobre a realidade nacional, principalmente no que se refere à suposta existência de elementos “feudais” na estrutura econômica do Brasil, entendidos como entraves ao desenvolvimento capitalista do país. Tal qual nos “casos clássicos” do século XVIII, acreditava-se que o pretense “feudalismo brasileiro” deveria ser superado através de uma revolução burguesa, levada a cabo por uma burguesia “nacional” de cunho “progressista” que, em contradição com a dominação imperialista, estaria interessada em alcançar o estágio de desenvolvimento autônomo dos países *avançados*. Nessa direção, vimos que o PCB não descartou, inclusive, a tática reformista, expressa particularmente na *Declaração de 1958*.

Procuramos demonstrar que a aplicação das teses estalinistas e, conseqüentemente, do modelo esquemático de revolução – que, em linhas gerais, postulava a reedição de experiências históricas de países *avançados* nas nações periféricas do capitalismo – pelo Partido Comunista Brasileiro mostrou-se inviável no Brasil, principalmente com a instauração do regime ditatorial em 1964. O golpe civil-militar de 1964 evidenciou não apenas a inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial e a articulação de amplos setores da burguesia com o imperialismo, mas também a dinâmica da luta de classes daquele período. A instauração do regime ditatorial revelou, portanto, que o antagonismo de classe se sobrepôs a qualquer suposta pretensão nacionalista das classes dominantes do país.

Artigo enviado em: 22/10/2009. Aprovado em: 12/04/2010.

### **Referências bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1988.

BROUË, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundermann, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *O P.C.B (1943-1964)*, volume II. São Paulo: Diefel, 1982.

DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a academia: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação de mestrado. UFF, 2008.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia*. Rio de Janeiro: História e Luta de Classes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, Antonio. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. e LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MELO, Demian. *A miséria da historiografia*. São Paulo: Outubro, nº 14, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

*PCB: vinte anos de política, documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

SOFRI, Gianni. *O problema da revolução socialista nos países atrasados*. In: HOBBSAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.

ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>1</sup> Posteriormente, a teoria do “socialismo em um só país” seria contestada por Leon Trotsky em sua obra *A revolução permanente*, publicada em 1930. Baseada na revolução chinesa de 1925-27, a obra procura retomar as polêmicas acerca da política adotada pela Internacional Comunista nos países do Oriente. Ver: TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.



<sup>2</sup> SOFRI, Gianni. *O problema da revolução socialista nos países atrasados*. In: HOBSBAWN, Eric (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>3</sup> MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, pp. 46 e 47.

<sup>4</sup> BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 365.

<sup>5</sup> No início da década de 60, foi aprovada a mudança de nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Seu objetivo era obter a legalização do Partido mediante pedido de registro na Justiça Eleitoral. Naquela ocasião, apesar da mudança do nome, o Programa e os Estatutos encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral não foram aceitos e o PCB permaneceu sem seu registro.

<sup>6</sup> Otávio Brandão foi um dos principais dirigentes do PCB a teorizar a revolução brasileira no período em questão, apresentando um texto numa reunião da direção do Partido, em outubro de 1927, que seria publicado com algumas alterações no nº6 da revista Autocrítica com o título: *O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa*. Brandão propunha uma frente-única anti-Partido Republicano contra os proprietários rurais feudais e contra todas as frações da burguesia. Sobre o tema, ver: ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

<sup>7</sup> Antonio Mazzeo avalia que as teses que enfatizavam a existência de relações feudais foram bem recebidas pelo conjunto da intelectualidade de esquerda da América Latina, “porque a própria tradição da historiografia ibero-americana revelava estruturas feudais na América Latina colonial”. No caso brasileiro, Mazzeo destaca alguns intelectuais que admitiam a existência de formas sociais de caráter feudal como, por exemplo, Capistrano de Abreu, em sua obra *Capítulos de História Colonial* (1907), Oliveira Vianna (1952), em *Populações meridionais do Brasil* e Nestor Duarte (1939), em *Ordem privada e a organização política nacional*. A esse respeito, ver: MAZZEO, Antonio. *O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento*. In: MAZZEO, Antonio e LAGOA, Maria Izabel (orgs). *Corações Vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, além de Caio Prado Júnior, a crítica à lógica “etapista” que estruturava a teoria da revolução do PCB foi formulada também por organizações trotskistas. Sobre o tema, ver: DEMIER, Felipe. *Do movimento operário para a academia: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação de mestrado. UFF, 2008.

<sup>9</sup> PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

<sup>10</sup> Em 1943, a III Internacional foi dissolvida. A partir de 1947, o Cominform assumiu a função coordenadora dos partidos comunistas sob a orientação soviética. Após 1956, com o fim deste órgão político, muitos PC's mantiveram-se ligados, diretamente, ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

<sup>11</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ética, 2003, p. 33.

<sup>12</sup> *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*. In: *PCB: vinte anos de política, documentos 1958-1979*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1980, pp. 3-5.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>14</sup> *Idem*, pp.14 e 15.

<sup>15</sup> *Idem*, pp. 16 e 17.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>17</sup> *Idem*, pp. 22 e 23.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> DREIFUSS, R. 1964: *A Conquista do Estado*, op. cit., pp. 116 e 117.

<sup>20</sup> De acordo com Dreifuss, o regime populista pode ser caracterizado como “o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial.” *Idem*, p. 53, nota 55.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 78.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 136-159.

<sup>23</sup> Dreifuss afirma, com base no referencial teórico de Gramsci, que o complexo IPES/IBAD/ESG representou a superação da fase econômico-corporativa pela fase ético-moral. Isto significa dizer que, nesse momento, o grau de homogeneidade e consciência de classe atingido pelos intelectuais orgânicos dessa nova burguesia possibilitava a formulação de projetos políticos hegemônicos. *Idem*, p. 92.

<sup>24</sup> Certamente, a propaganda anticomunista correspondeu a uma das modalidades de ação assumidas pelo complexo IPES/IBAD: a ação ideológica e social. Através de publicações diversas e dos Grupos de Opinião Pública e Estudo e Doutrina, os intelectuais orgânicos do capital multinacional e associado empreenderam uma vasta campanha não apenas contra o comunismo, mas também em oposição ao regime populista e, mais especificamente, ao caráter nacional-reformista do governo de João Goulart. Sobre as atividades ideológicas e sociais, Dreifuss observa que estas eram subdivididas em: 1) doutrinação geral, voltada para o grande público; e 2) doutrinação específica, formuladas com o intuito de formar uma consciência de classe-para-si no empresariado. Se por um lado, o complexo IPES/IBAD, não logrou êxito em impor-se por consenso na



sociedade brasileira, por outro, sua campanha ideológica e política foi capaz não só de estimular uma reação generalizada contra o bloco nacional-reformista, mas também de unificar as classes dominantes em torno de seus projetos políticos. *Idem*, pp. 246-278.

<sup>25</sup> A esse respeito, ver: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 343-435; FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993; e REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Foge ao escopo deste artigo recuperar o amplo debate a respeito das principais teses revisionistas, por isso indicamos também o estudo crítico sobre o tema abordado em: MELO, Demian. *A miséria da historiografia*. São Paulo: Outubro, nº 14, 2006, pp. 111-130. Neste texto, o historiador Demian Melo demonstra o esvaziamento crítico na historiografia impulsionado pelos três principais autores representantes desta tendência (Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis), cujas obras são marcadas não apenas pela tentativa de caracterizar a esquerda como golpista, mas também pela concepção meramente institucional da democracia e pela apologia da democracia liberal.

<sup>26</sup> É importante lembrarmos que a administração de Jango (1961-1964) foi marcada pela tentativa de execução de um amplo projeto político denominado *Reformas de Base* – que englobava a reforma constitucional; fiscal ou tributária; política ou eleitoral; bancária; educacional ou universitária; administrativa; além da polêmica reforma agrária.

<sup>27</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia*. Rio de Janeiro: História e Luta de Classes, 2005, p. 14. Vale frisar que - no início da década de 1960 e, principalmente, após o golpe de Estado de 1964 - surgiram organizações políticas que se contrapunham às teses do PCB. Algumas destas organizações foram constituídas a partir de dissidências do próprio PCB, propondo que a etapa democrática já estava superada e, portanto, a revolução no Brasil seria imediatamente socialista e seu caminho seria insurrecional, ou que com ou sem etapa democrática, a tática correta seria a luta armada através da guerra de guerrilhas ou da guerra popular prolongada como, por exemplo, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), em 1961, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962, e a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1967.

<sup>28</sup> DREIFUSS, R. 1964, op. cit., p. 418.

<sup>29</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 99.

<sup>30</sup> *Idem*, pp. 450-455.

<sup>31</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 64.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 69. Naquela época, Fernando Henrique Cardoso procurou estabelecer umnexo explicativo, assim como Dreifuss, entre o processo de acumulação do capital e o golpe de 1964. Considerando o processo de internacionalização dos setores mais dinâmicos da burguesia com o imperialismo – processo decorrente da nova fase vivida pelo capitalismo mundial no pós-guerra, na qual teve lugar um processo de implantação das multinacionais em áreas periféricas na busca pela ampliação de suas taxas de lucro -, o golpe de Estado é entendido pelo sociólogo como parte de um amplo processo, cujos objetivos visavam à construção de um regime mais adequado ao padrão de acumulação monopolista.

<sup>33</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 291.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 294.

<sup>35</sup> *Idem*, pp. 294 e 295.

<sup>36</sup> Por exemplo, sobre o papel histórico do Partido Comunista em sindicatos, associações de bairros e organizações camponesas, principalmente no período anterior ao golpe de Estado de 1964, ver, dentre outros: CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Ática, 1989 e ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez, 1988.